



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**RELUCI – CONTAS DO ORDENADOR DE DESPESAS DO
INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL**

(ITEM 3.2.2, ANEXO III DA IN TCCES 68/2020)

EXERCÍCIO DE 2020



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorés do Rio Preto/ES (PREVIDRP)

Manoel José Moreira Ornelas

Período: 04/10/2019 à 31/03/2020

Lilian Patrícia B. Bucalato Carelli do Couto

Período: 01/04/2020 à 31/12/2020

Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorés do Rio Preto/ES (PREVIDRP) – Responsável pelo Envio

José Carlos Nunes de Melo

Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorés do Rio Preto/ES (PREVIDRP)

Jorge Luiz Nacari

Diretor de Previdência do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorés do Rio Preto/ES (PREVIDRP)

Angelo Jardim de Carvalho

Período: 15/08/2020 à 27/09/2020

Christiane Rios Pimentel

Período: 11/04/2014 à 15/08/2020
28/09/2020 à 31/12/2020

Controlador Geral Interno

Luciane Teresinha Perovani Pálacios

Coordenador da Unidade Central de Controle Interno

Eduarda Simonetti Páse

Auditores Públicos Municipais

Roberta Querubim Medeiros Martins

Douglas da Silva Martins

Período: 03/01/2018 à 23/03/2020
11/08/2020 à 30/11/2020



SUMÁRIO

1. Relatório.....	4
1.1. Introdução.....	4
1.2. Pontos de Controle verificados.....	4
1.3. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle.....	11
1.4. Análise das Demonstrações Contábeis.....	16
1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	16
1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário	17
1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário.....	17
1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário.	17
1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária	17
1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária	18
1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	18
1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.....	19
1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores.....	19
1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada	19
2. Constatações quanto aos Arquivos da PCA	20
3. Parecer do Controle Interno	21



**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ORDENADOR – GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do Rio Preto/ES (PREVIDRP)

Gestores Responsáveis pela Gestão: Manoel José Moreira Ornelas (04/10/2019 à 31/03/2020)

Lilian Patrícia Barbosa Bucalêto Carelli do Couto (01/04/2020 à 31/12/2020)

Gestor responsável pelo envio da PCA: José Carlos Nunes de Melo

Exercício: 2020

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade Central de Controle Interno realizou no exercício de 2020 procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir são apresentados os pontos de controle selecionados para verificação, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das análises de demonstrações contábeis, seguido pelas constatações quanto aos arquivos da PCA enviados a esta unidade, emitindo, ao final, parecer conclusivo da Unidade Central de Controle Interno.

1.2. PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Relatório de Liquidação das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2020, do INSS, emitidos no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$7.430,92 (total das Contribuições Patronais, relativo ao RGPS)	100%
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias parte patronal	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte Patronal, do INSS, emitido no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	R\$7.430,92 (total das Contribuições Patronais, relativo ao RGPS)	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte Patronal, do INSS, emitido no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Regime de Competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias	-	100%
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Relatório Listagem Liquidação/Desconto x Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte servidor, do INSS emitido no sistema contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$2.081,95 (total das Contribuições Previdenciárias Retida da Servidora e paga ao INSS	100%
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021 Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias confrontado com o Relatório de Liquidação das contribuições previdenciárias, da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de Saúde.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Não existem débitos previdenciários da UG Prefeitura, UG Fundo Municipal de Saúde e da Câmara Municipal, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e constatado no sistema contábil.	100%
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021 Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de Saúde, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021 Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de Saúde, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

		previdenciária servidor retida x pagamento realizado.			realizado.	
1.2.9	Despesa Administrativa	Arquivo DEMDAD Art. 93, da Lei 842/2018	Lei 9717/98, art. 6, VIII; Portaria 403/2008, art. 15. Lei Local.	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	R\$94.016,62	100%
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	TVDISP e Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no processo nº 0834/2021	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	R\$19.787.468,91	100%
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei 924/2020 Balanço Financeiro Balanço Orçamentário	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou manter RPPS.	Lei 924/2020 Balanço Financeiro Balanço Orçamentário	100%
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Balanço Orçamentário	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do Regime Próprio de Previdência.	(R\$ 910.084,73) Valor apurado em análise do Balanço Orçamentário	100%
1.2.16	Escrituração Contábil	Demonstrativos Contábeis	Normas Brasileiras de Contabilidade e MCASP	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Demonstrativos Contábeis	100%
1.2.17	Conciliação de contas	Declaração de Quitação - DELQUIT Balanço Patrimonial	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro em "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", do Balanço Patrimonial.	Balanço Patrimonial DELQUIT-Declaração de Quitação	100%
1.2.18	Conciliação de contas	Declaração de Quitação DELQUIT DEMREC	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC).	DELQUIT-Declaração de Quitação DEMREC	100%
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro	Balanço Patrimonial, Anexos 15 e 16	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a	R\$162.253,23 (de acordo com a CONTA Imobilizado do Balanço	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

	contábil compatibilidade com inventário.	Sistema de Almoxarifado, Anexos 11 e 13 do Sistema de Patrimônio, Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis e Inventário de bens em Almoxarifado.	94 a 96.	integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Patrimonial)	
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PREVIDRP, feita através de entrevista, verificação in loco e documentação enviada através do processo nº 0834/2021.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PREVIDRP, feita através de entrevista, verificação in loco e documentação enviada através do processo nº 0834/2021.	100%
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	TVDISP e Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no processo nº 0834/2021	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$19.787.468,91	100%
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	TVDISP e Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no processo nº 0834/2021 Balanço Financeiro Balancete de Verificação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$19.787.468,91	100%
1.5.1	Documentos integrantes da PCA Compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos enviados através do processo 0834/2021	IN 68/2020 Regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos enviados através do processo 0834/2021.	100%
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Lei 627/2006 Lei 752/2012 Lei 896/2020 Obs: a partir da competência agosto/2020 as alíquotas foram alteradas.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Lei 627/2006 (11% Alíquota Servidor) Lei 752/2012 (17,56% Alíquota Patronal) Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)	100%
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei 627/2006 (11% Alíquota Servidor) Lei 752/2012 (17,56% Alíquota	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as	Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

		Patronal) Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)		alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	municipal. O acompanhamento foi realizado mensalmente por esta UCCI.	
2.5.7	Servidores cedidos	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021	100%
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	100%
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	100%
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	100%
2.5.11	Compensação Previdenciária	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	Lei 9796/1999, art. 4º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 23, III.	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS adota rotina de envio dos processos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a fim de gerar o direito a receber a receita de compensação previdenciária.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	100%
2.5.14	Transparência	Verificação no site institucional do município	Lei 10887/2004, art. 9º, III. ON MPS SPS 02/2009, art. 15, III. ON MPS-SPS 02/2009, art. 21, parágrafo único	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Verificação no site institucional do município	100%
2.5.16	Obrigações do MPS	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	Portaria MPS 204/2008, art. 5, XVI.	Verificar o cumprimento das obrigações exigidas pelo MPS com o envio do DRAA, DAIR, DIPR e DPIN e demais informações necessárias para emissão do CRP.	CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, DAIR – Demonstrativo de Aplicação e Investimento dos Recursos, DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, DIPR –	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

					Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses e do "print" da tela do envio do "DRAA" ao MPS – Ministério da Previdência Social.	
2.5.19	Cálculo atuarial – data base	Estudo Atuarial	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Verificar se o RPPS realiza cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício.	Data Base do Cálculo Atuarial de 2020 é 31/12/2020.	100%
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei	Lei 924/2020	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	Lei 924/2020	100%
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Lei 855/2018, Artigo 54-A Balancete de Verificação (Prefeitura) Balancete Analítico da Receita Orçamentária dez/2019 e no Balancete Analítico Contábil Completo dez/2019 (PREVIDRP)	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	R\$403.963,42	100%
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do RPPS.	Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS 403/2008, arts. 12 a 14.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas "prova de vida".	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do RPPS.	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0790/2021, pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art. 12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0790/2021, pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do Instituto e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

		Instituto e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021.				
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0787/2021.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0787/2021.	100%
2.5.28	Hipóteses Atuariais - Eleição conjunta	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0787/2021.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0787/2021.	100%
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	Decreto nº 3628/2020 Resolução nº 005/2020	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Decreto nº 3628/2020 Resolução nº 005/2020	100%
2.5.32	Comitê de Reuniones		Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.		-
2.5.33	Comitê de Certificados dos membros	Certificados constantes no processo nº 0834/2021.	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alínea "e".	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Certificados constantes no processo nº 0834/2021.	100%
2.5.34	Política de Investimento	Política de Investimento publicada no site institucional do município http://www.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Politica_de_Investimento_2019?cdLocal=2&arquivo={826DBAD3-0E4E-2ECE-D0A4-CAD7EB618DA6}.pdf	Lei 9.717/98, art.1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	Política de Investimento publicada no site institucional do município http://www.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Politica_de_Investimento_2019?cdLocal=2&arquivo={826DBAD3-0E4E-2ECE-D0A4-CAD7EB618DA6}.pdf	100%
2.5.35	Aplicação dos Recursos	TVDISP Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no processo nº 0807/2020	CF/88, artigo 164, § 3º. LC 101, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições oficiais.	R\$19.787.468,91	100%
2.5.38	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada	Processo nº 0834/2021 enviado pelo	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a	Processo nº 0834/2021 enviado pelo PREVIDRP	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

	e reforma	PREVIDRP		transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.		
2.5.39	Registro de Pensões	Processo nº 0834/2021 enviado pelo PREVIDRP	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Processo nº 0834/2021 enviado pelo PREVIDRP	100%
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Art. 93, da Lei 842/2018	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Art. 93, da Lei 842/2018	100%

1.3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Conforme verificado no relatório de liquidação, emitido no sistema contábil, o princípio da competência foi respeitado na contabilização das contribuições previdenciárias parte patronal (RPPS e RGPS).	-	Regular
1.2.2	O pagamento das contribuições previdenciárias - parte patronal, referente ao exercício de 2020, foram realizados tempestivamente, de acordo com análise realizada no relatório de pagamentos emitido através do sistema contábil.	-	Regular
1.2.3	Não houve pagamento em atraso das obrigações previdenciárias (parte patronal e parte servidor), portanto não foi necessário a contabilização de juros e multas.	-	Regular
1.2.4	Durante o exercício de 2020 houve a retenção das contribuições previdenciárias da servidora e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência, de acordo com análise realizada no relatório de liquidação e pagamentos emitido através do sistema contábil.	-	Regular
1.2.5	Não existem débitos previdenciários junto ao INSS, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e constatado no sistema contábil do RPPS.	-	Regular
1.2.8	As obrigações previdenciárias parte patronal e parte servidor foram recolhidas tempestivamente, motivo pelo qual não foi necessário a cobranças das mesmas.	-	Regular
1.2.9	De acordo com verificação do arquivo DEMDAD o valor limite para taxa administrativa a ser utilizado no exercício foi de R\$154.997,72. O valor total das Despesas Administrativas durante o exercício de 2020 foi de R\$94.016,62. Estando em conformidade com o limite fixado no art. 93, da Lei 842/2018.	-	Regular
1.2.10	De acordo com verificado no Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras, juntamente com os extratos bancários, enviados no processo 0834/2021, as disponibilidades financeiras do PREVIDRP foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor.	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

1.2.13	<p>No exercício de 2020 foi recebido pelo PREVIDRP a quantia de R\$ 403.963,42 referente ao Aporte Atuarial, em conformidade com o valor determinado na Lei 924/2020.</p> <p>Em apuração ao Resultado Financeiro de 2020, identificou-se ausência de Equilíbrio Financeiro, decorrente da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, conforme demonstrado abaixo:</p> <table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>4.691.930,44</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>2.759.331,36</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>403.963,42</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>2.427.789,47</td></tr><tr><td>(+)Outros Aportes</td><td>17.643,22</td></tr><tr><td>(=) Insuficiência Financeira</td><td>(R\$881.510,59)</td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro 2020</p> <p>Sendo:</p> <p>Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial Outros aportes = Ressarcimento de salário família e salario maternidade pagos pelo RPPS</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	4.691.930,44	(-) Receita Patrimonial	2.759.331,36	(-)Outras Receitas Correntes	403.963,42	(-) Despesas Empenhadas	2.427.789,47	(+)Outros Aportes	17.643,22	(=) Insuficiência Financeira	(R\$881.510,59)	<p>A inconsistência detectada requer ação de cobrança do PREVIDRP em relação ao Ente, afim de que seja mantida a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS.</p> <p>No exercício 2018 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (Processo 14721/2019-7).</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	4.691.930,44																
(-) Receita Patrimonial	2.759.331,36																
(-)Outras Receitas Correntes	403.963,42																
(-) Despesas Empenhadas	2.427.789,47																
(+)Outros Aportes	17.643,22																
(=) Insuficiência Financeira	(R\$881.510,59)																
1.2.14	<table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>4.691.930,44</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>2.759.331,36</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>403.963,42</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>2.427.789,47</td></tr><tr><td>(+)Outros Aportes</td><td>17.643,22</td></tr><tr><td>(=) Insuficiência Financeira</td><td>(R\$881.510,59)</td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro 2020</p> <p>Sendo:</p> <p>Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial Outros aportes = Ressarcimento de salário família e salario maternidade pagos pelo RPPS</p> <p>No exercício de 2020 verificou-se que as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS não foram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, sendo necessário a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, demonstrando assim a existência de déficit financeiro. Fato este comunicado ao presidente do RPPS durante o exercício de 2020, através dos ofícios 21/2020, 2/2020, 26/2020, 30/2020, 34/2020, 37/2020 e 02/2021 e ao Chefe do Poder Executivo, através do despacho 85/2020 – processo 3522/2020.</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	4.691.930,44	(-) Receita Patrimonial	2.759.331,36	(-)Outras Receitas Correntes	403.963,42	(-) Despesas Empenhadas	2.427.789,47	(+)Outros Aportes	17.643,22	(=) Insuficiência Financeira	(R\$881.510,59)	<p>A inconsistência detectada requer ação de cobrança do PREVIDRP em relação ao Ente, visto que no exercício de 2018 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (Processo 14721/2019-7).</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	4.691.930,44																
(-) Receita Patrimonial	2.759.331,36																
(-)Outras Receitas Correntes	403.963,42																
(-) Despesas Empenhadas	2.427.789,47																
(+)Outros Aportes	17.643,22																
(=) Insuficiência Financeira	(R\$881.510,59)																
1.2.16	<p>Balanço Financeiro – BALFIN</p> <p>Não estão evidenciados os respectivos valores na “coluna Exercício Anterior” do Balanço Financeiro.</p>	<p>Comunicação ao diretor presidente, afim de que solicite que a empresa locadora do software contábil sane a referida inconsistência.</p>	A Regularizar														



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

1.2.17	O valor registrado em “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, do Balanço Patrimonial refere a consignações Banestes – conta contábil 218810115001. Balanço Patrimonial R\$19.355,02 DELQUIT-Declaração de Quitação R\$0,00	-	Regular																						
1.2.18	Foi declarado no DELQUIT que o RPPS não tinha créditos previdenciários a receber, assim como demonstrado na tabela Excel DEMREC.	-	Regular																						
1.3.1	Divergência de valores: Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP Depreciação, amortização e exaustão (R\$14.633,01) Soma da Depreciação constante do Inventário Anual de Móveis e Bens Imóveis (R\$14.718,55) Diferença de R\$85,54	Comunicação ao diretor presidente, afim de que solicite a devida conferência entre os relatórios contábeis e patrimoniais.	A Regularizar																						
1.3.2	De acordo a análise realizada no Termo de Guarda e Responsabilidade do PREVIDRP, através do Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PREVIDRP, os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização, entretanto o Termo de Guarda não estava impresso.	Comunicação ao Diretor Presidente orientando sobre a necessidade da referida documentação estar impressa e assinada.	A Regularizar																						
1.3.3	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira e dos extratos bancários enviados no processo 0834/2021, todas as contas bancárias pertencentes ao PREVIDRP estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular																						
1.3.4	De acordo com verificação no Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira, as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras..	-	Regular																						
1.5.1	Arquivos em desacordo com a IN TCEES 68/2020 <table><tr><th>Arquivo</th><th>Inconsistência</th></tr><tr><td>CRIA</td><td>Arquivo enviado contém os números das leis e suas alterações, entretanto não evidenciam seus objetivos e atribuições.</td></tr><tr><td>BALFIN</td><td>Demonstrativo contábil não contém valores nas colunas “Exercício Anterior”, tanto nos ingressos quanto nos dispêndios.</td></tr><tr><td>TERMOV</td><td>Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).</td></tr><tr><td>TERIMO</td><td>Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).</td></tr><tr><td>TERALM</td><td>Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).</td></tr><tr><td>TERINT</td><td>Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).</td></tr><tr><td>COMINV</td><td>Ato deve ser com data inferior ou igual ao exercício da PCA (2020).</td></tr><tr><td>ESTATIS</td><td>Falta inserir idade média aposentadoria projetada, idade média de admissão e valor da folha mensal.</td></tr><tr><td>HIPOTES</td><td>Falta inserir no mínimo as seguintes hipóteses: a) taxa atuarial de juros; b) crescimento real das remunerações; c) probabilidade de ocorrência de morte e invalidez.</td></tr><tr><td>BALGAPE</td><td>Empresa responsável pelo estudo atuarial informou ao PREVIDRP a impossibilidade de elaborar o demonstrativo, em razão da necessidade</td></tr></table>	Arquivo	Inconsistência	CRIA	Arquivo enviado contém os números das leis e suas alterações, entretanto não evidenciam seus objetivos e atribuições.	BALFIN	Demonstrativo contábil não contém valores nas colunas “Exercício Anterior”, tanto nos ingressos quanto nos dispêndios.	TERMOV	Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).	TERIMO	Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).	TERALM	Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).	TERINT	Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).	COMINV	Ato deve ser com data inferior ou igual ao exercício da PCA (2020).	ESTATIS	Falta inserir idade média aposentadoria projetada, idade média de admissão e valor da folha mensal.	HIPOTES	Falta inserir no mínimo as seguintes hipóteses: a) taxa atuarial de juros; b) crescimento real das remunerações; c) probabilidade de ocorrência de morte e invalidez.	BALGAPE	Empresa responsável pelo estudo atuarial informou ao PREVIDRP a impossibilidade de elaborar o demonstrativo, em razão da necessidade	Comunicação ao Diretor Presidente orientando a necessidade de que os arquivos da PCA sejam elaborados de acordo com a IN TCEES vigente para o exercício e que seja editado normativo regulamentando a ordem cronológica dos pagamentos.	A Regularizar
Arquivo	Inconsistência																								
CRIA	Arquivo enviado contém os números das leis e suas alterações, entretanto não evidenciam seus objetivos e atribuições.																								
BALFIN	Demonstrativo contábil não contém valores nas colunas “Exercício Anterior”, tanto nos ingressos quanto nos dispêndios.																								
TERMOV	Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).																								
TERIMO	Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).																								
TERALM	Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).																								
TERINT	Dados do termo devem se referir ao exercício relativo a PCA (2020).																								
COMINV	Ato deve ser com data inferior ou igual ao exercício da PCA (2020).																								
ESTATIS	Falta inserir idade média aposentadoria projetada, idade média de admissão e valor da folha mensal.																								
HIPOTES	Falta inserir no mínimo as seguintes hipóteses: a) taxa atuarial de juros; b) crescimento real das remunerações; c) probabilidade de ocorrência de morte e invalidez.																								
BALGAPE	Empresa responsável pelo estudo atuarial informou ao PREVIDRP a impossibilidade de elaborar o demonstrativo, em razão da necessidade																								



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

	de Instrução Normativa específica da Secretaria de Previdência.		
	CRONOS	Através do processo 0834/2021, foi informado pelo PREVIDRP o desconhecimento do arquivo, assim como informa que são efetuados cerca de 15 (quinze) pagamentos distintos por mês e que são realizados ineditamente sua liquidação, não havendo atraso no pagamento.	
2.5.3	As alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária. Lei 627/2006 (11% Alíquota Servidor) Lei 752/2012 (17,56% Alíquota Patronal) Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal – partir da competência agosto/2020).	-	Regular
2.5.4	Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal. O acompanhamento foi realizado mensalmente por esta UCCI. Lei 752/2012 (17,56% Alíquota Patronal) Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal – partir da competência agosto/2020).	-	Regular
2.5.7	Confrontando as informações prestadas pelo PREVIDRP e pela Divisão de Recursos Humanos verificou-se que no exercício de 2020 não foi informado ao PREVIDRP a cessão de servidores, em virtude de que o setor responsável estava elaborando rotinas e solicitando a empresa locadora do software de pessoal relatório adequado para acompanhamento da cessão de servidores.	Comunicação ao Diretor Presidente, para que solicite a Secretaria de Administração e Finanças, através da Divisão de Recursos Humanos, que realize a comunicação da cessão dos servidores efetivos ao PREVIDRP.	A Regularizar
2.5.8	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo 0834/2021, o Ente federativo, através da Divisão de Recursos Humanos, mantém registro individualizado dos segurados, porém não atende todas as exigências regulamentadas na Portaria MPS 402/2008, ART.18 e a Lei 9717/1998, art. 1º.	Comunicação ao Diretor Presidente, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18. Lei 9717/1998 Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios: VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais; Portaria MPS 402/2008 Art. 18. O ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, que conterá as seguintes informações: I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes; II - matrícula e outros dados funcionais; III - remuneração de contribuição, mês a mês; IV - valores mensais da contribuição do segurado; V - valores mensais da contribuição do ente federativo. Parágrafo único. Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.	A Regularizar
2.5.9	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/021, não é possível disponibilizar	Comunicação ao Diretor Presidente, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

	ao segurado todas as informações determinadas na Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.	contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.	
2.5.10	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021, não existem acordos de parcelamento firmados.	-	Regular
2.5.11	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº0834/021, após homologação (registro) do processo de aposentadoria pelo TCEES, os processos são enviados ao RPPS para elaboração de processo e envio a Secretaria de Previdência Social, solicitando a devida compensação previdenciária.	-	Regular
2.5.14	De acordo com o verificado no link do site institucional do município http://www.pmdrp.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/portal-da-transparencia---instituto-de-previdencia---previdrp/6657 , a unidade gestora atende a determinados itens deste ponto de controle, entretanto suas informações contábeis ainda não são lançadas em tempo real, assim como não foi publicado o Estudo Atuarial, demonstrando os critérios adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Comunicação ao Diretor Presidente, solicitando a publicação do Estudo Atuarial e das informações contábeis com maior celeridade.	A Regularizar
2.5.16	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021, contendo CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, DAIR – Demonstrativo de Aplicação e Investimento dos Recursos, DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses e do “print” da tela do envio do “DRAA” ao MPS – Ministério da Previdência Social.	-	Regular
2.5.19	O RPPS realizou cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício. Data Base do Cálculo Atuarial de 2020 é 31/12/2020.	-	Regular
2.5.20	Através da Lei 924/2020 foi instituído plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial (2020 a 2050).	-	Regular
2.5.22	No PREVIDRP foi contabilizado na conta contábil 451320202000 – Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial – Aportes Periódicos. Receita Orçamentária 19900111000. Contabilizado na UG Prefeitura através da conta contábil 211220700000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial a Pagar. Empenhado no Elemento de Despesa 33919700000, entretanto.	-	Regular
2.5.25	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da folha de pagamento do RPPS base de dados dos inativos e pensionistas se encontra atualizada.	-	Regular
2.5.26	De acordo com informação prestada pelo Chefe da Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021, foi realizado no exercício de 2020 o Censo Atuarial dos servidores ativos, através do processo 1872/2020. A atualização dos dados cadastrais dos aposentados e pensionistas do RPPS é realizado pelo próprio Instituto, com acompanhamento permanente, de acordo com informação da servidora Janaina Breda, responsável pela Folha de Pagamento do PREVIDRP.	-	Regular
2.5.27	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021, todos os anos são realizadas avaliações atuariais, cujas hipóteses apresentadas pela empresa atuarial são decididas sem muito conhecimento técnico do PREVIDRP e da PMDRP, mas entendem que as definições são apresentadas de acordo com a situação do RPPS.	Comunicação ao diretor presidente, reiterando a orientação de que permanecendo dúvidas quanto ao estudo atuarial e a empresa contratada não consiga sanar, tanto o PREVIDRP quanto o ente podem solicitar suporte técnico do Tribunal de Contas do Espírito Santo.	Regular
2.5.28	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº	Comunicação ao diretor presidente, alertando que para atender o disposto nas legislações	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

	0787/2021, as hipóteses foram escolhidas pelo RPPS e o atuário, sendo encaminhado para conhecimento de prefeito.	que regulamentam o RPPS, as hipóteses atuariais devem ser escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	
2.5.31	Houve instituição do comitê através do Decreto nº 3628/2020 e Resolução nº005/2020.	-	Regular
2.5.32	As 02 (duas) atas enviadas no processo 0834/2021 são referentes as reuniões do Conselho Previdenciário.	Comunicação ao Diretor Presidente, para que se atente ao fato do descumprimento do que determina a Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c". O Comitê de Investimento elabora a política de investimento e o Conselho Previdenciário é responsável por sua aprovação.	A Regularizar
2.5.33	De acordo com documentação enviada no processo 0834/2021, dos 3 (três) membros do Comitê de Investimentos, 2 (dois) possuem certificação para operar no mercado brasileiro de capitais – CPA 10.	-	Regular
2.5.34	Política de investimento publicada no site institucional do município através do link: https://www.pmdrp.es.gov.br/downloads/categoria/politica-de-investimento/10463 .	-	Regular
2.5.35	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira e dos extratos bancários enviados no processo 0834/2021, todas as contas bancárias pertencentes ao PREVIDRP estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular
2.5.38	De acordo com documentação enviada no processo 0834/2021, no exercício de 2020 foram enviados ao TCEES 03(três) processos de aposentadoria (05684/2020-4, 05081/2020-4 e 04256/2020-1) para registro.	-	Regular
2.5.39	De acordo com documentação enviada no processo 0834/2021, no exercício de 2020 foi enviado ao TCEES 01(um) processo de pensão (04311/2020-5) para registro.	-	Regular
2.5.45	De acordo com verificação do arquivo DEMDAD o valor limite para taxa administrativa a ser utilizado no exercício foi de R\$154.997,72. O valor total das Despesas Administrativas durante o exercício de 2020 foi de R\$94.016,62. Estando em conformidade com o limite fixado no art. 93, da Lei 842/2018.	-	Regular

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.

1.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar não Processados	
Balanço Financeiro (a)	8.800,00
Balanço Orçamentário (b)	8.800,00
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020



Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	0,00
Balanço Orçamentário (b)	0,00
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.

1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário.

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”, com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	4.691.930,44
Balanço Orçamentário (b)	4.691.930,44
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	2.427.789,47
Balanço Orçamentário (b)	2.427.789,47
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)	
Balanço Financeiro (a)	19.255.440,86
Balanço Patrimonial (b)	19.255.440,86
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)	
Balanço Financeiro (a)	19.787.468,91
Balanço Patrimonial (b)	19.787.468,91
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial	
Exercício atual	
DVP (a)	(3.069.646,47)
Balanço Patrimonial (b)	(3.069.646,47)
Divergência (a-b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	2.534.740,29
Balanço Patrimonial (b)	2.534.740,29
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores	
Saldos Devedores (a) = I + II	28.777.913,98
Ativo (BALPAT) - I	19.949.722,14
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	8.828.191,84
Saldos Credores (b) = III – IV + V	28.777.913,98
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	19.949.722,14
Resultado Exercício (BALPAT) -IV	(3.069.646,47)
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	5.758.545,37
Divergência (c) = (a) – (b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se consistência na observância ao método das partidas dobradas.

1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	2.427.789,47
Dotação Atualizada (b)	2.472.000,00
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	-44.210,53

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.



2. CONSTATAÇÕES QUANTO AOS ARQUIVOS DA PCA

Após homologação da Prestação de Contas Mensal, competência dezembro/2020 e 13/2020 iniciou-se a conferência dos Demonstrativos Contábeis do RPPS.

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle foi recebida em 10/02/2021, através da documentação constante no processo 0834/2021, durante as análises foi verificado a ausência de documentos solicitados pela UCCI, sendo solicitado ao RPPS que procedesse a inclusão da documentação faltante, o processo retornou a esta UCCI em 12/03/2021. No referido processo foram anexados em mídia eletrônica os arquivos da PCA.

Dos Pontos de Controle que ficaram “A Regularizar” destacamos a inconsistência dos itens 1.2.13 e 1.2.14, nos quais foram verificados que não houve a manutenção do equilíbrio financeiro, assim como de que não foram instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do RPPS, sendo apurado Déficit Financeiro de R\$881.510,59 (oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e nove centavos). Importante frisar que durante o exercício de 2020 a análise era realizada através da comparação entre as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS e as despesas previdenciárias pagas, sendo que as receitas não eram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, havendo a necessidade da utilização dos rendimentos de aplicação financeira. Fato este comunicado ao Diretor Presidente do RPPS durante o exercício de 2020, através dos ofícios 21/2020, 2/2020, 26/2020, 30/2020, 34/2020, 37/2020 e 02/2021 e ao Chefe do Poder Executivo, através do despacho 85/2020 – processo 3522/2020. Ressaltamos ainda, que no exercício de 2018 os diretores presidentes do RPPS e o Chefe do Poder Executivo foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (Processo 14721/2019-7).

Para dar continuidade a análise dos arquivos da PCA, essa UCCI retornou o processo ao Instituto de Previdência para a inserção de arquivos faltantes, que prontamente foram enviados, tanto através do processo acima citado, quanto via e-mail institucional.

Concluída a análise, o processo retornou ao PREVIDRP para conhecimento das inconsistências e as devidas correções nos arquivos não estruturados. O encerramento da análise dos arquivos se deu após verificação dos itens retificados.

O Diretor Presidente será comunicado, através de processo administrativo, sobre as inconsistências detectadas, afim de que sejam promovidas ações para que as mesmas não ocorram no exercício de 2021.



3. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinou-se a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Manoel José Moreira Ornelas e da Sra. Lílian Patrícia B. Bucaleto Carelli do Couto, responsáveis por esta Unidade Gestora, relativa ao exercício de 2020.

A Unidade Central de Controle Interno, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados e acima descritos, elencados nos itens 1.3 (30 com situação “Regular” e 12 com situação “A Regularizar”) e 1.4 (11 análises contábeis em Conformidade) deste relatório, além das constatações sobre os arquivos da PCA - item 1.5 (11 em desacordo com a IN TCEES 68/2020), conclui que a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

Dorcas do Rio Preto/ES, 24 de março de 2021.

Luciane Teresinha Pinheiro Polício

Controlador Geral Interno
Matrícula 012673
CRC ES 0.7959/C-2